

mundiais facilitaram que se olhasse para o nacionalismo num país ocidental como os EUA. Mas, no caso da Europa Ocidental, alguma blindagem ainda resiste e Procacci tinha aqui uma boa oportunidade para a desgastar.

Igualmente interessante seria explorar os casos africanos. Procacci nota avulsamente que, em África, uma tendência inicial parecia privilegiar a dimensão continental africana na construção da memória histórica levada a cabo pelas elites africanas na segunda metade do século XX. Mas logo afirma que essa tendência inicial terá dado lugar a um esforço de singularização da memória histórica, promovido a partir de cada estado-nação, com reflexos claros nos manuais escolares. Na verdade, e tal pode ser de certa forma observado no caso da África colonizada por Portugal, parece ser a passagem de uma dimensão movimentista para uma dimensão soberanista que assinala a passagem de uma retórica africanista para uma retórica nacionalista. Será com o fim dos movimentos de independência e a sua estatização que a imagem das identidades nacionais começará a ser construída sistematicamente. Esta hipótese – é a passagem de um marco movimentista para um marco soberanista que permite a construção de identidades nacionais – vem de certa forma questionar a necessidade da associação entre identidade nacional e militância anticolonialista, entre a própria ideia da identidade e a possibilidade de mobilização social conflitual.

A leitura do livro de Procacci convida uma preocupação: não tomar as categorias do real como categorias de conhecimento do real. Assim, conclui Procacci que a dicotomia nacional/geral que marca a produção dos manuais é de tal forma geral que remete o nacional para o domínio das especificidades. A mesma preocupação resulta da divisão que opõe, em cada caso estudado, cosmopolitas e nacionalistas (para utilizar as expressões do autor). Nesta perspectiva, torna-se clara a ilusão da ideia de que o local corresponde ao heterogéneo e o global ao homogéneo, até porque a questão é desde logo a da impertinência deste par dialéctico. Também teria sido interessante perceber a tendência que, no campo da história geral, marcará de forma comum as diferentes abordagens nacionais da história; por exemplo, em torno da ideia, do tempo e do lugar da Idade Média, objecto de esquecimento e/ou mistificação em manuais de vários países. Assim como seria

interessante perceber, num outro plano, a tendência que os manuais escolares terão para acentuar a ruptura em detrimento da continuidade, privilegiando uma história indissociável do tempo do épico.

José Neves

Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

TELMO H. CARIA (ORG.)

EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Porto, Edições Afrontamento, 2002.

Um pequeno livro com textos úteis: eis uma forma de sumariar *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. A colectânea junta-se à (escassa) bibliografia – de resto invocada na introdução – sobre metodologias e, em particular, sobre o problema de saber como se pensa e faz etnografia nas ciências sociais em Portugal. Embora os alunos do ensino superior, os investigadores juniores e o público em geral merecessem mais obras especializadas em “normas de procedimento metodológico” (p. 9) e outros problemas estruturantes da investigação que atravessam os estudos qualitativos – à imagem do que se faz noutros países –, *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* não se afirma como manual e denota até um certo antinormativismo, já antes defendido por Madureira-Pinto (cf. p. 10).

Os textos são dominados por um mesmo objectivo: encontrar nas linhas teóricas que informam as diversas experiências etnográficas dos autores o sentido de todo o processo de investigação, um processo que assenta sempre na relação particular do investigador com o seu trabalho de campo e com a construção teórica. Assim, a ideia, bem apresentada por Caria, é “objectivar e racionalizar o que ocorreu” no campo (p. 10) – para “compreender a (ir)racionalidade do outro” (p. 12), a etnografia é apresentada como “lugar de fronteira” (p. 13) – e a ambição é contribuir para o “desenvolvimento de uma teoria social sobre a investigação etnográfica” (p. 10).

Esta opção tem efeitos legitimadores da prática científica e, também por isso, deve ser encarada com seriedade. A tentativa de dar segui-

mento a eixos de reflexão propostos antes por investigadores portugueses, misturando indiscriminadamente referências a sociólogos e a antropólogos, como António Firmino da Costa, Boaventura de Sousa Santos, Madureira-Pinto, Miguel Vale de Almeida, Maria Cardeira da Silva ou Raul Iturra, entre outros, aponta para a necessidade de alargamento da construção e representação da etnografia às várias disciplinas do social, o que aliás emana dos vários contributos textuais do livro.

A obra divide-se em duas partes: um bloco de textos onde se questionam sobretudo práticas de investigação – que T. Caria intitula “a construção sociocognitiva” – e outro – que designa como “a construção socioteórica” – que questiona os limites convencionais (mal) impostos ao conhecimento, obrigando a uma “recontextualização da teoria social” (p. 18).

À cabeça dos quatro primeiros capítulos está Luís Fernandes, um investigador que se tem afirmado como etnógrafo urbano e que faz jus à palavra interdisciplinaridade nas ciências sociais. Partindo das suas notas pessoais no diário de campo em territórios psicotrópicos do Porto, o autor conduz-nos num verdadeiro trabalho de referência para quem deseje ter uma noção fina do tipo de organização e indexação possíveis desse documento que tem para a maioria dos etnógrafos o estatuto de fonte privilegiada. Com Paulo Raposo entramos no domínio da discussão de ideias exploratórias que atravessam a sua pesquisa, centrada na observação e interpretação de *performances* culturais em Portugal. Partindo da ideia da “viagem etnográfica”, física e intelectual, do investigador, o autor adianta algumas advertências teórico-metodológicas válidas para o seu campo de investigação. O terceiro capítulo, da responsabilidade de Elísio Estanque, parte das ideias de Pierre Bourdieu para propor uma metodologia compreensiva onde os pressupostos subjectivos do investigador passam a ser revelados e incorporados na análise, com o fim de prevenir eventuais efeitos perversos da ciência. Entramos no contexto fabril do calçado do Norte de Portugal e, com o autor, partilhamos as ambivalências e os problemas que no quotidiano da investigação surgem quando negoceia, num mesmo terreno e simultaneamente, o seu estatuto de investigador e de trabalhador. No quarto texto, Ricardo Vieira parte de considerações gerais acerca da etnografia e,

progressivamente, vai-nos introduzindo no tema da sua pesquisa, que se baseia em entrevistas a professores dos três primeiros ciclos do ensino em Portugal. O autor demonstra como à medida que foi recolhendo narrativas biográficas foi identificando o seu *self* e traduzindo a sua própria experiência de professor.

Na segunda parte do livro, o quinto capítulo, Manuela Ribeiro questiona “como chegar às pessoas?”. Apresentando expressivos apontamentos do registo diário do seu trabalho de terreno entre famílias camponesas transmontanas, vai-nos demonstrando o papel do tempo na construção das relações interpessoais e na colaboração progressiva entre investigadores e nativos. No sexto capítulo viajamos até aos mapuche do Chile com Luís Silva Pereira. Da narrativa ressaltam dois aspectos: a forma como o investigador percorre um itinerário algo sinuoso até chegar aos mapuche e as representações do estrangeiro (alicerçadas na história local e espalhadas através de boatos) que o etnógrafo enfrenta, levando a que os nativos lhe enderecem frequentemente uma mesma questão: “qué hace por estas tierras?” No sétimo capítulo mudamos para o continente africano, para, entre os nalu da Guiné-Bissau, Amélia Frazão-Moreira nos descrever aspectos da sua interacção com os nativos em duas etapas do terreno: a da recolha etnográfica mais generalizada e a do processo de levantamento etnobotânico e uso de técnicas da “antropologia experimental”. No texto é recorrente a preocupação com as possibilidades de retribuição e retorno do trabalho de campo. Manuela Ferreira retoma o tema da educação, já antes trabalhado neste volume, mas agora com a etnografia de crianças em idade pré-escolar num jardim de infância em meio rural português. A autora começa por tecer uma crítica às limitações da perspectiva adultocêntrica da infância e acaba por procurar dar sentido ao jogo de perplexidades mútuas quando, como etnógrafa com o estatuto de “amiga”, fica para observar e participar nas actividades das crianças. Manuel Carlos Silva encerra a colectânea com algumas considerações sobre técnicas de recolha de dados e fala das vicissitudes das experiências de trabalho de campo em duas aldeias do Norte de Portugal, Aguiar e Lindoso. Na primeira experiência evidencia como as aparentes vantagens das relações intrafamiliares na região e sobretudo a posição comprometida com a ideologia marxista num quadro de inves-

tigação-acção se transformam em desvantagens no trabalho de campo; na segunda narra as dificuldades que experimenta na sua inserção na aldeia e a forma como vai resolvendo tais equívocos e operacionalizando a etnografia.

Que lições retirar deste variado conjunto de textos? Parece sempre proveitoso juntar pessoas que praticam e escrevem etnografia e fazer, de tempos a tempos, esse escrutínio das práticas, desses modos de construção de teoria ancorada na observação do real para produzir uma “epistemologia auto-reflexiva” no quadro das ciências sociais e traduzir algumas lógicas que informam o “jogo de espelhos” no campo (Estanque, pp. 62 e 75) e, idealmente, avaliar as formas de representação em etnografia (Van Maanen, *Representation in Ethnography*, 1995). São livros como este que nos obrigam a não perder de vista questões basilares (que talvez merecessem revisitação): como pensar terrenos tão diversos e particulares a partir de uma abordagem que tem tanto de idiossincrática como de disciplinar e sistemática? Que generalizações podem ir sendo feitas?

Ainda assim, os contributos presentes em *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* são algo desiguais, traduzem diferentes níveis de desenvolvimento da reflexão metodológica e a diferente permeabilidade à complexidade que tal reflexão convoca. É provável que também reflectam os pontos de investigação em que foram escritos, os estatutos profissionais presentes dos investigadores e, mesmo que indirectamente, as tradições e os territórios disciplinares mais ou menos sensíveis à “nudez” metodológica (Raposo, p. 44) e sua reflexão sistemática. Não é de estranhar que alguns dos contributos assentem em objectivos concretos, como dar a conhecer dimensões pessoais do trabalho de campo, e nesse sentido se evidenciem mais “confessionais” (cf. Van Maanen, *Tales of the Field: on Writing Ethnography*, 1988), e outros se comprometam com a ambição de adivinhar soluções ou retirar algumas lições epistemológicas a partir dos seus itinerários etnográficos. Todavia, é sempre bom saber do que falamos quando falamos de etnografia, o que nuns casos é muito mais evidente do que noutros.

Susana Durão
Bolseira FCT

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

MANUELA IVONE CUNHA

ENTRE O BAIRRO E A PRISÃO: TRÁFICO E TRAJECTOS

Lisboa, Fim de Século-Edições, 2002.

Muito para além da leitura destinada a uma recensão, o livro de Manuela Ivone Cunha rapidamente se transforma num excelente instrumento de trabalho. Desde logo pelos temas que trata: i) por dar a conhecer o papel de mulheres portuguesas no mercado *free-lance* de drogas (uma “economia de droga semiperiférica”, p. 169); ii) por se detalhar na relação das reclusas com o policiamento e o dispositivo de controlo legal; iii) por finalmente nos permitir ir dentro de uma prisão feminina (Tires) e seguir um fio interpretativo acerca das experiências de vida, redes de parentesco e relações nos bairros degradados de onde provêm estas mulheres, mas também sobre as práticas discursivas sobre a delação (o “chibançaço”), os sentidos das clivagens e da “integração na exclusão” (p. 6).

O uso da palavra “filigrana” (p. 25) convoca um patamar de discussão a partir do qual se percebe a presença de um texto de grande qualidade. A apresentação comparada de um conjunto de dados sociográficos correspondentes aos finais das décadas de 1980 e 1990 faz emergir a profunda transformação entretanto operada no perfil penal das reclusas. Enchendo a cadeia de mulheres progressivamente menos jovens, aqueles dez anos reduziram “a diversidade criminal” das presas, agora esmagadoramente condenadas “a penas muito mais longas”. Dando conta de uma “pauperização genérica” da população prisional, constata-se, em simultâneo, uma homogeneização, “por baixo”, do seu perfil sociológico (pp. 76-77). Inscrita em todo o itinerário analítico, é esta transformação que é sistematicamente sujeita a um inquérito no qual o exercício comparado da viagem pelo tempo do cárcere e pelas transformações entretanto operadas vai sendo acompanhado por uma discussão teórica, fina e bibliograficamente estribada. Somos assim apresentados a uma obra muito completa e densa mas sempre compreensível; de opções originais, porventura ambiciosas (até pelo constante recurso à comparação com trabalhos referentes a outros contextos), mas claras.

O texto é também uma excelente etnografia. O que não é pouco, atendendo aos perigos que